

**RELATÓRIO DO  
AUDITOR  
INDEPENDENTE**

**AGE**

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**Exercício 2023**

**33 Anos**  
De Conquistas

## SUMÁRIO

➤ <b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeira.....</b>	<b>1</b>
➤ <b>Balço Patrimonial .....</b>	<b>4</b>
➤ <b>Demonstração do Resultado.....</b>	<b>6</b>
➤ <b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....</b>	<b>7</b>
➤ <b>Demonstração dos Fluxos de Caixa.....</b>	<b>8</b>
➤ <b>Demonstração do Resultado Abrangente.....</b>	<b>9</b>
➤ <b>Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis .....</b>	<b>10</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Senhores,  
ACIONISTAS E CONSELHEIROS DA  
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE**  
Recife/PE

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, cujo relatório foi emitido em data de 10 de fevereiro de 2023, sem modificações.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Natal (RN), 26 de janeiro de 2024.**



**CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S**  
**Auditores independentes**  
**CRC/RN 0113/O**

EDILUZIA ARAUJO DE  
OLIVEIRA:77807405449

Assinado de forma digital por  
EDILUZIA ARAUJO DE  
OLIVEIRA:77807405449  
Dados: 2024.02.29 15:52:11 -03'00'

**Edilúzia Araújo de Oliveira**  
**Sócia - Responsável Técnica**  
**Contadora CRC/RN nº. 005067/O-9**

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE**

**CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15**

**Rua do Apolo, 81 - Bairro do Recife, Recife/PE - CEP: 50.030-220**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022**

(Valores expressos em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>64.532</b>	<b>63.584</b>
Disponibilidades		86	177
Títulos e Valores Mobiliários	3	55.587	42.130
Operações de Crédito		<b>8.506</b>	<b>20.403</b>
Empréstimos	4.1	9.392	23.575
Financiamentos	4.1	331	985
Provisão para Operações de Créditos	4.2	(1.217)	(4.156)
Outros Créditos		<b>353</b>	<b>874</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>9.331</b>	<b>10.404</b>
Títulos e Valores Mobiliários	3	5.719	5.046
Operações de Crédito		<b>2.839</b>	<b>4.334</b>
Empréstimos	4.1	3.234	4.946
Financiamentos	4.1	7	271
Provisão para Operações de Créditos	4.2	(402)	(883)
<b>Permanente</b>	5	<b>773</b>	<b>1.024</b>
Imobilizado de Uso		147	215
Intangível		625	809
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>73.863</b>	<b>73.988</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE**

**CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15**

**Rua do Apolo, 81 - Bairro do Recife, Recife/PE - CEP: 50.030-220**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022**

(Valores expressos em milhares de reais)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>5.587</b>	<b>3.600</b>
Obrigações por Empréstimos e Repasses	6	<b>4.077</b>	<b>612</b>
Obrigações por Repasses - FINEP		52	188
Obrigações por Repasses - BNB		21	150
Obrigações por Repasses - FUNGETUR		4.004	275
Outras Obrigações		<b>1.510</b>	<b>2.988</b>
Fiscais e Previdenciárias		257	514
Diversas	7	1.252	2.474
<b>EXIGIVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>-</b>	<b>532</b>
Obrigações por Empréstimos e Repasses	6	<b>-</b>	<b>532</b>
Obrigações por Repasses - FINEP		-	73
Obrigações por Repasses - BNB		-	21
Obrigações por Repasses - FUNGETUR		-	438
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>68.276</b>	<b>69.857</b>
Capital	8	97.710	97.710
Prejuízo acumulado		(29.434)	(27.853)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>73.863</b>	<b>73.988</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE**

CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15

Rua do Apolo, 81 - Bairro do Recife, Recife/PE - CEP: 50.030-220

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

**LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Discriminação	Nota	2º Semestre 2023	2023	2º Semestre 2022	2022
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>4.383</b>	<b>9.719</b>	<b>6.338</b>	<b>12.035</b>
Operações de Crédito		944	2.982	2.968	6.499
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		3.439	6.737	3.371	5.536
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(292)</b>	<b>(974)</b>	<b>(2.789)</b>	<b>(5.854)</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(292)	(974)	(2.789)	(5.854)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>4.091</b>	<b>8.745</b>	<b>3.550</b>	<b>6.181</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(5.529)</b>	<b>(10.545)</b>	<b>(5.281)</b>	<b>(11.204)</b>
Receitas de Prestação de Serviços		110	773	909	1.673
Despesas de Pessoal e Honorários	9	(3.789)	(7.247)	(3.780)	(7.439)
Outras Despesas Administrativas	10	(1.469)	(3.119)	(1.158)	(2.549)
Despesas Tributárias	10	(6)	(27)	(23)	(46)
Despesas de Obrigações por Repasses		(82)	(212)	(649)	(1.206)
Despesas de Depreciação e Amortização		(150)	(313)	(433)	(1.235)
Outras Despesas Operacionais		(209)	(560)	(338)	(639)
Outros Receitas Operacionais		66	159	191	236
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(1.438)</b>	<b>(1.801)</b>	<b>(1.731)</b>	<b>(5.023)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>1</b>	<b>421</b>	<b>24</b>	<b>28</b>
Outras Receitas Não Operacionais		1	423	28	32
Outras Despesas Não Operacionais		(0)	(1)	(4)	(4)
<b>O LUCRO</b>		<b>(1.437)</b>	<b>(1.379)</b>	<b>(1.707)</b>	<b>(4.995)</b>
<b>(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>-</b>	<b>(200)</b>	<b>(183)</b>	<b>(183)</b>
Provisão para Imposto de Renda		-	(109)	(88)	(88)
Provisão para Contribuição Social		-	(92)	(95)	(95)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>(1.437)</b>	<b>(1.580)</b>	<b>(1.890)</b>	<b>(5.178)</b>
QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINARIAS		96.654.408	96.654.408	96.654.408	96.654.408
RESULTADO POR AÇÃO		(0,014870)	(0,016343)	(0,019551)	(0,053573)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE**

CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15

Rua do Apolo, 81 - Bairro do Recife, Recife/PE - CEP: 50.030-220

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022**

(Valores expressos em milhares de reais)

Discriminação	Capital Social Realizado	Reserva de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Lucros		
<b>Saldo no início do período em 01/01/2022</b>	<b>78.310</b>	-	-	<b>(23.155)</b>	<b>55.155</b>
Aumento de Capital	19.400	-	-	-	19.400
Lucro (Prejuízo) do Período	0	-	-	(3.288)	(3.288)
Ajuste de Períodos Anteriores	0	-	-	150	150
<b>Saldo no fim do período em 30/06/2022</b>	<b>97.710</b>	-	-	<b>(26.294)</b>	<b>71.416</b>
Lucro (Prejuízo) do Período	0	-	-	(1.890)	(1.890)
Ajuste de Períodos Anteriores	0	-	-	330	330
<b>Saldo no fim do período em 31/12/2022</b>	<b>97.710</b>	-	-	<b>(27.853)</b>	<b>69.857</b>
<b>Mutação do período</b>	19.400			(1.560)	(1.560)
Período de 01/01/2023 a 31/12/2023					
<b>Saldo no início do período em 01/01/2023</b>	<b>97.710</b>		-	<b>(27.853)</b>	<b>69.857</b>
Lucro (Prejuízo) do Período				(142)	(142)
Ajuste de Períodos Anteriores				(1)	(1)
<b>Saldo no fim do período em 30/06/2023</b>	<b>97.710</b>		-	<b>(27.997)</b>	<b>69.713</b>
<b>Mutação do período</b>	0			(144)	<b>(144)</b>
Lucro (Prejuízo) do Período	0	-	-	(1.437)	(1.437)
<b>Saldo no fim do período em 31/12/2023</b>	<b>97.710</b>	-	-	<b>(29.434)</b>	<b>68.276</b>
<b>Mutação do período</b>	0			(1.437)	(1.437)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE**

CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15

Rua do Apolo, 81 - Bairro do Recife, Recife/PE - CEP: 50.030-220

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022**

(Valores expressos em milhares de reais)

Discriminação	2º Semestre 2023	2023 (Reclassificado)	2º Semestre 2022 (Reclassificado)	2022 (Reclassificado)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
(Prejuízo)/lucro do exercício	(1.437)	(1.580)	(1.890)	(5.178)
Ajustado por:				
Depreciação/Amortização	(533)	(370)	(93)	708
<b>(Prejuízo)/lucro Ajustado</b>	<b>(1.970)</b>	<b>(1.950)</b>	<b>(1.983)</b>	<b>(4.470)</b>
<b>Variação de ativos e passivos</b>	<b>1.207</b>	<b>1.238</b>	<b>2.103</b>	<b>(14.588)</b>
(Redução) aumento em títulos e valores mobiliários	(6.833)	(14.131)	3.023	(21.597)
Aumento (redução) em operações de crédito	6.584	16.813	7.864	15.618
Redução (aumento) em provisões para operações de crédito	(828)	(3.420)	1.026	1.435
Aumento em outros créditos e Rendas a Receber	139	521	(167)	(483)
Aumento em obrigações por emp.repasse	2.548	2.933	(9.558)	(9.900)
Redução (aumento) em obrigações fiscais e previdenciárias	(31)	(256)	232	247
(Redução) Aumento em obrigações diversas	(372)	(1.222)	(317)	92
<b>Caixa líquido aplicado em atividades operacionais</b>	<b>(763)</b>	<b>(712)</b>	<b>120</b>	<b>(19.059)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimentos</b>				
Aquisições/baixas de imobilizado	-	(1)	-	(2)
Aquisições de intangível	683	622	(7)	(349)
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos</b>	<b>683</b>	<b>622</b>	<b>(7)</b>	<b>(351)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamentos</b>				
Recurso p/ Aumento de capita pelos acionistas	-	-	-	19.400
Ajuste de exercícios anteriores		-1		
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>19.400</b>
<b>Aumento/(Redução) do Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(80)</b>	<b>(91)</b>	<b>113</b>	<b>(9)</b>
<b>Modificações do Caixa e equivalente de caixa</b>				
No início do período	166	343	64	250
No final do período	86	252	177	241
<b>Aumento (Redução)</b>	<b>(80)</b>	<b>(91)</b>	<b>113</b>	<b>(9)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A - AGE**

**CNPJ(MF) nº 13.178.690/0001-15**

**Rua do Apolo, 81 - Bairro do Recife, Recife/PE - CEP: 50.030-220**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

**LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022**

(Valores em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2º SEMESTRE	2023	2º SEMESTRE	2022
	2023	2023	2022	2022
<b>Resultado Líquido do Período</b>	(1.437)	(1.579)	(1.890)	(5.178)
Realização da Reserva de reavaliação	-	-	-	-
Ajustes Exercícios Anteriores	-	(1)	330	480
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	(1.437)	(1.580)	(1.560)	(4.698)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. – AGE**  
**CNPJ(MF) nº. 13.178.690/0001-15**  
**Rua do Apolo, 81, Bairro do Recife - Recife/PE – CEP: 50.030-220**  
**Notas Explicativas da Administração às**  
**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas às normas do CMN – Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Encontram-se aqui observadas aqueles listados no Capítulo 4 – Anexos – do COSIF. Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023, data de encerramento do semestre e comparadas em conformidade com a Resolução BCB no. 2, de 12 de agosto de 2020, e tiveram sua emissão autorizada pela diretoria executiva em 26 de janeiro de 2024.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras individuais estão definidas a seguir:

- a) **Disponibilidades** - Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.
- b) **Operações de Crédito** - As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de "A" até "H". Aquelas classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas, são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

- c) **Ativo Permanente** - O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais estabelecidas na IN RFB 1700/17.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

- d) **Ativos e Passivos Contingentes** - As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- e) **Demais Ativos e Passivos** - São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

- f) **Apuração do Resultado** - O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.
- g) **Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro e demais Impostos Federais** - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em Legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores. As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo.
- h) **Passivos Contingentes** - São avaliados e reconhecidos em conformidade com a NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no parecer da Assessoria Jurídica da Agência, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou extrajudicial. Quando existentes, são constituídas provisões para processos classificados como “Perdas Prováveis”, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado. Para os processos classificados como de “Perdas possíveis” onde não requer a provisão é realizada somente a divulgação em notas explicativas. Para este período de divulgação não houve nenhum apontamento relevante informado pela Assessoria Jurídica.

### 3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2023 e dezembro de 2022 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro nacional na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	Dez/2023	Dez/2022
Curto Prazo (para negociação)		55.587	42.130
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	55.587	42.130
Longo Prazo (para negociação)		5.719	5.046
Longo Prazo (mantido até o vencimento)		-	5.046
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2025	5.719	5.046
TOTAL		61.306	47.176

### 4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

#### 4.1. Composição por Atividade Econômica

##### A Vencer

Setor Privado	31.12.2023				31.12.2022			
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Outros Serviços	1.502	1.120	1.776	4.398	3.092	1.391	2.064	6.547
Indústria	318	304	950	1.572	565	388	1.344	2.297
Comércio	470	383	453	1.306	689	510	766	1.965
Pessoa Física	3.635	654	62	4.351	9.735	3.413	262	13.410
Subtotal	5.925	2.461	3.241	11.627	14.081	5.702	4.436	24.219

##### Vencido

Setor Privado	31.12.2023				31.12.2022			
	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	72	13	11	96	461	112	323	896
Indústria	24	29	19	72	122	42	154	318
Comércio	53	29	15	97	537	186	705	1.428
Pessoa Física	346	376	350	1.072	2.529	225	161	2.915
Subtotal	495	447	395	1.337	3.649	565	1.343	5.557

#### 4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

##### A VENCER

Nível de risco	31.12.2023				% Resolução BACEN	Provisão	31.12.2022
	Até 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total			Provisão
A	4.009	1.351	1.593	6.953	0,50%	35	86
B	505	388	482	1.375	1,00%	14	40
C	928	513	980	2.421	3,00%	73	76
D	95	33	1	129	10,00%	13	4
E	69	37	53	159	30,00%	48	59
F	48	21	26	95	50,00%	47	35
G	23	-	-	23	70,00%	16	40
H	248	119	105	472	100,00%	471	115
Total	5.925	2.462	3.241	11.627		717	455

##### VENCIDO

Nível de risco	31.12.2023				% Resolução BACEN	Provisão	31.12.2022
	De 0 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total			Provisão
A	24	-	-	24	0,50%	-	-
B	54	-	-	54	1,00%	1	-
C	166	-	-	166	3,00%	5	6
D	53	39	-	92	10,00%	9	32
E	26	34	-	60	30,00%	18	52
F	30	64	-	94	50,00%	47	202
G	22	50	10	82	70,00%	57	405
H	120	260	385	765	100,00%	765	3.887
Total	495	447	395	1.337		902	4.584

4.3. Movimentação da provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa nos exercícios:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no Início do exercício	5.039	4.085
Adições	561	3.235
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(270)	(253)
Reversões	-	(383)
Baixa	(3.711)	(1.645)
<b>Saldo no Final do semestre</b>	<b>1.619</b>	<b>5.039</b>

5. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2022	Adições 1º Sem.2023	Sdo 30/06/2023	Adições 2º Semt2023	Baixas 2º Semestre	Saldo em 31/12/2023
<b>PERMANETE</b>	<b>1.024</b>	<b>(101)</b>	<b>923</b>	<b>(150)</b>	<b>-</b>	<b>773</b>
<b><u>Imobilizado de Uso</u></b>	<b>215</b>	<b>(34)</b>	<b>181</b>	<b>(34)</b>	<b>-</b>	<b>147</b>
<b>Móveis e Equipamentos de Uso</b>	<b>963</b>	<b>1</b>	<b>965</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>965</b>
Mobiliário	285	1	286	-	-	286
Equipamento de Processamento	620	-	620	-	-	620
Outros Equipamentos	58	-	58	-	-	58
<b>(Depreciação)</b>	<b>(748)</b>	<b>(35)</b>	<b>(783)</b>	<b>(34)</b>	<b>-</b>	<b>(817)</b>
<b>(-)Depreciação Móveis Equip. de Uso</b>	<b>(748)</b>	<b>(35)</b>	<b>(783)</b>	<b>(34)</b>	<b>-</b>	<b>(817)</b>
(-) Mobiliários	(275)	(3)	(279)	(3)	-	(281)
(-) Equipamento de Proc. de Dados	(425)	(31)	(456)	(31)	-	(486)
(-) Outros Equipamentos	(48)	(1)	(49)	(1)	-	(50)
<b><u>Intangível</u></b>	<b>809</b>	<b>(67)</b>	<b>741</b>	<b>(116)</b>	<b>-</b>	<b>625</b>
Ativos Intangíveis	<b>1.928</b>	<b>61</b>	<b>1.989</b>		<b>(683)</b>	<b>1.306</b>
Sistema de Processamento Aquisição	7	12	19		-	19
Licenças Contratuais	1.921	49	1.970		(683)	1.287
(-) Amortização Acumuladas	(1.120)	(128)	(1.248)	(116)	683	(681)
(-) Sistema Proc. Dados/Aquisição	(7)	1	(8)	(2)	-	(10)
(-) Amortização de Licenças Contratuais	(1.113)	(127)	(1.239)	(114)	683	(670)

Os ativos Imobilizado e Intangíveis se encontram dentro da composição do plano de contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), estatuídos, respectivamente, pelas Cartas Circulares no. 3941 e 3940, de 22 de março de 2019; – BACEN. Neste 2º. Semestre de 2023, face o encerramento contratual com a empresa de Software SINGUIA e da folha de pagamento Fortes, procedemos baixa do registro de contrato de licenças totalmente amortizado ao longo do período de vigência..



## 6. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se aos repasses do FINEP e BNB-FNE, correspondentes a financiamentos de longo prazo, que inicialmente tinham prazo superior a 5 anos para liquidação, já estão sendo amortizados mensalmente, e atualmente estão com vencimentos todos no curto prazo, e o FUNGETUR correspondente a financiamento de longo prazo, conforme segundo termo aditivo ao contrato administrativo nº 005/2020, processo nº 72031.015148/2020-44, celebrado entre a União (Ministério do Turismo) e a AGE, em sua cláusula segunda – da vigência e aditivos, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, sendo nos dois últimos liberado respectivamente os valores de R\$ 1.559 e 1.234 (mil). De acordo ao aditivo 7º, as obrigações ficam prorrogadas até 28/12/2024, conforme demonstrados a seguir:

### Passivo Circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações por Repasses – FINEP	52	188
Obrigações por Repasses – BNB	21	150
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	4.004	274
	<b>4.077</b>	<b>612</b>

### Exigível a Longo Prazo

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações por Repasses – FINEP	-	73
Obrigações por Repasses – BNB	-	21
Obrigações por Repasses – FUNGETUR	-	438
	-	<b>532</b>

- Os recursos do FINEP, são corrigidos pela TJLP, e apresentaram garantias de imóveis/máquinas.
- Os recursos do BNB, são PRE – Fixados e apresentaram garantias reais de painéis solares.
- Os Recursos do FUNGETUR são corrigidos pela SELIC

Em 02/01/2024 foi creditada no Banco do Brasil a liberação do repasse de R\$ 536 (mil) referente ao 8º. Termo aditivo ao contrato administrativo no. 005/2020 firmado entre a AGE e a FUNGETUR, cujo valor foi informado pelo FUNGETUR no saldo das nossas obrigações, tendo em vista que a ordem de pagamento foi expedida em 29/12/2023.

## 7. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Outras obrigações existentes, constituídas das provisões das despesas administrativas do mês de dezembro/2023 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, provisão ordenado e outros credores.

	31/12/23	31/12/22
Provisão Outras Despesas Administrativas	305	1.047
Provisão de Ordenado, Férias e Encargos	421	547
Credores Diversos	526	880
TOTAL	<b>1.252</b>	<b>2.474</b>

## 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 8.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 97.710 (mil), representado por 96.654.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas está assim constituído (em Reais 1,00):

	31/12/2023		31/12/2022	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Acionistas				
Estado de Pernambuco	97.300.000	99,58%	97.300.000	99,58%
AD DIPER	350.000	0,36%	350.000	0,36%
SINDUSGESSO	50.000	0,05%	50.000	0,05%
FEMICRO	10.000	0,01%	10.000	0,01%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
<b>Total</b>	<b>97.710.010</b>	<b>100,00%</b>	<b>97.710.010</b>	<b>100,00%</b>

### 8.2 Mudança de endereço da sede

Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de agosto de 2023, foi aprovada mudança de endereço da Agência de Fomento, passando sua sede a funcionar na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na Rua do Apolo, nº 81, bairro do Recife, CEP: 50.030-220.

## 9. DESPESA DE PESSOAL E HONORÁRIOS

	2º Sem.	2023	2º Sem.	2022
Honorários	388	745	444	881
Alimentação	627	1.072	515	1.072
FGTS	161	316	166	330
INSS	542	1.055	573	1.125
Ordenado/Represent	1.577	3.127	1612	3.063
Férias	252	468	230	493
13º Salário	163	315	171	342
Outras	79	149	69	133
	<b>3.789</b>	<b>7.247</b>	<b>3.780</b>	<b>7.439</b>

## 10. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

	2º Sem.	2023	2º Sem.	2022
	2023	2023	2022	2022
Manutenção e Conservação	72	111	47	88
Processamento de Dados	496	1.357	325	842
Publicações	25	25	21	44
Serviços de Terceiros	76	198	135	276
Serviços Técnicos Especializados	59	59	14	27
Aluguéis	432	753	321	614
Comunicação	59	141	81	167

Serviços Sistema Financeiro	73	153	63	200
Água, Energia e Gás	51	95	41	91
Transporte	38	38	-	-
Tributárias e Outras	94	216	133	245
	<u>1.475</u>	<u>3.146</u>	<u>1.181</u>	<u>2.594</u>

Do total das Despesas Tributárias e Outras, para o 2º Semestre/2023 e 1º Semestre/2023, as Despesas Tributárias tem os totais respectivos de R\$ 6 (mil) e R\$ 21 (mil), perfazendo um total de R\$ 27 (mil), conforme consta da DRE.

## 11. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de riscos da AGE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

### a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 4.557 de 23/02/2017, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

### b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

### c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 4.557 de 23/02/2017.

## 12. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 12.1 Novos critérios de mensuração de provisão de créditos de liquidação duvidosa.

A partir de 01/01/2025, através da implementação da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, novos critérios de mensuração de provisão de créditos de liquidação duvidosa serão com base em conceito de perda esperada. Com a implementação da resolução CMN nº 4.966/21, existe a obrigatoriedade, entre outros, que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada. A Resolução determina a divulgação de forma resumida em notas explicativas às demonstrações financeiras o plano para implementação estabelecida pela Instituição Financeira (art. 76, § único, II, Res. CMN 4966/21)

Em atendimento, o Conselho de Administração aprovou, em data de 30 de junho de 2022, o Plano para Implementação da Regulamentação Contábil estabelecida naquela Resolução, o qual está composto por etapas, consolidadas em um cronograma de ações contendo as atividades que deverão ser desenvolvidas.

### 12.2 Outros eventos subsequentes

Para demais situações, a Agência de Fomento avaliou os eventos ocorridos após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não sendo identificado até a data de autorização para emissão dessas demonstrações, outros eventos que não tenham sido mencionados que venham a ter efeitos relevantes ou requeiram a sua divulgação nessas demonstrações financeiras.



**cass**

**CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S  
AUDITORES INDEPENDENTES**

**CNPJ: 24.519.787/0001-60**

**R. Dr. Múcio Galvão, 451, Barro Vermelho, Natal/RN**

**CEP: 59022-530**



**[contato@cassauditores.com.br](mailto:contato@cassauditores.com.br)**



**[www.cassauditores.com.br](http://www.cassauditores.com.br)**



**(84) 3222-3734 | (84) 98873-0377**



**@cassauditores**